

**"DE CIDADES INDUSTRIAIS A CENTROS GLOBAIS
DE SERVIÇOS:
Os impactos da reestruturação produtiva na metrópole de São Paulo"**

Grupo de trabalho 2 - Cidades Latino-Americanas no Novo Milênio
Lucia Maria Machado Bógus- PUC-SP
Suzana Pasternak - FAU-USP

(Trabalho em processo. Pede-se não citar sem autorização das autoras)
SETEMBRO-2013

INTRODUÇÃO

O Observatório das Metrôpoles tem desenvolvido estudos e pesquisas que visam contribuir teórica e metodologicamente para os debates sobre os impactos sociais produzidos pelas transformações econômicas que vêm ocorrendo no Brasil, desde meados dos anos 1980. Esses impactos se manifestam particularmente nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas, onde as transformações adquirem maior significado. A polêmica que alimenta esse debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, característica da era industrial fordista, e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo, em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância frente a processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Algumas ocupações típicas das classes médias estariam em declínio, outras se desqualificariam, e surgiriam novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão (Sassen, 1998). A estrutura social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrôpoles, estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados, mas não menos importantes, como auxiliares de secretaria, faxineiros e trabalhadores de manutenção, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade junto aos pesquisadores, estaria em contraposição à de um ovo, que representa a predominância das camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida dos estratos superiores e inferiores dessa estrutura.

Com base nesses pressupostos, e pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira, foi elaborada uma hierarquia sócio-ocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados censitários são os únicos disponíveis, no Brasil, com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço, contemplando dados do mundo do trabalho. Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique

(INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle, Ribeiro, 1998).

Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (Ribeiro, Lago, 2000, p.112), dentro de uma articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). O autor desenvolve a noção de que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social, as quais se encontram em oposição. É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo os diferentes agrupamentos sociais, podendo ser identificadas pelo volume dos capitais (econômicos, sociais e simbólicos) que eles detêm e pela estrutura desses capitais. Colocados em posições semelhantes e estando sujeitos a condicionamentos similares, há probabilidade de que esses agentes ou indivíduos desenvolvam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais (Ribeiro, Lago, 2000: 112).

As categorias socioocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro, Lago, 2000).” (Mammarella, Rosetta, 2007: 157)

Entre 1991 e 2000 o Censo modificou sua forma de definir tanto o desemprego, como o tipo de ocupação, o que dificulta a comparação. Em 1991, o período de referência para a verificação do estado de emprego era de 12 meses, assim como em 1980. E a condição de ocupação referia-se a três possíveis estados: se trabalho habitualmente ou eventualmente neste período de referência, ou se não trabalhou. No ano 2000, o período de referência foi de uma semana, e a questão foi mais detalhada: perguntava-se de trabalhou em atividade remunerada ou não; em caso da resposta não, se estava temporariamente afastado, se exerceu atividade não remunerada ou se, no período de 1 mês na data anterior ao Censo tomou alguma providência para conseguir trabalho. Assim, as cifras de ocupados entre os anos 1980, 1991 e 2000 não são comparáveis: a adoção do período de uma semana, em lugar de 12 meses, pode induzir a uma ampliação da magnitude do desemprego. De outro lado, atividades domiciliares como ajuda a outro, trabalho para o auto consumo, etc, reduzem o desemprego, pois passam a ser computadas.

Em 2000, modificou-se também a forma de classificar as ocupações, através da utilização da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica). Na pesquisa, foi feito um ajuste da classificação ocupacional de 1991 com a metodologia censitária de 2000, o que possibilita a comparação entre estas duas datas. E deve ser lembrado que o número absoluto de ocupados de 1991 não é, rigorosamente, obtido da mesma forma que o de 2000. Em 2010, a definição de desocupado permaneceu igual à de 2000. Mas em algumas categorias os cortes de definição mudaram (ex: grandes empregadores em 1991 e 2000 empregavam 10 pessoas ou mais, enquanto que em 2010 considerou-se o limite de 5 empregados), assim como apareceram outras pequenas incompatibilidades, que, sem dúvida, apesar do cuidadosos estudo da sintaxe para a definição de cada categoria, devem influenciar os resultados comparativos.

Mesmo assim optou-se por analisar a evolução, apesar desta ressalva. A análise relativa dos percentuais pode elucidar a evolução nos últimos 20 anos, embora a comparação precise de cuidados. Pode-se afirmar apenas aumento ou diminuição relativa de ocupados em cada categoria, sem falar em índices quantitativos.

Considerando a estrutura a partir de 3 grandes grupos (superior, reunindo dirigentes, profissionais de nível superior e os pequenos empregadores), médio (categorias médias) e trabalhadores manuais urbanos (com trabalhadores do terciário, do secundário e do terciário não especializado), a Tabela 1 mostra uma relativa estabilidade na estrutura hierárquica entre 1991 e 2000, com modificação em 2010: as categorias superiores, que representavam cerca de 12% dos ocupados, em 2010 alcançam 17%, enquanto que as categorias médias diminuem entre 1991 e 2000, estabilizando-se em 2010. Os trabalhadores manuais urbanos ficam por volta de 56% do total, e os agrícolas representam percentual reduzido.

Entretanto, seria importante olhar com maior detalhamento dentro de cada um dos grandes grupos socio-ocupacionais, visando a um maior detalhamento do comportamento do mercado de trabalho.

No que se refere ao “mundo superior”, foram os profissionais de nível superior que acusaram maior aumento relativo. O aumento de acesso à educação superior, aliado ao grande número de estabelecimentos de ensino (sobretudo privados) que apareceram nestas duas últimas décadas explicam este aumento, tanto entre autônomos como entre empregados. O aumento já tinha sido registrado entre 1991 e 2000 e acentua-se entre 2000 e 2010. De outro lado, os chamados dirigentes apresentaram perda relativa entre 1991 e 2000, sobretudo em relação aos grandes empregadores. Esta perda reduziu-se entre 2000 e 2010, mas isto pode ter acontecido pela mudança da definição do que seria um grande empregador. A chamada “pequena burguesia”, reunindo pequenos empregadores e artesão/artistas, vem apresentando queda.

As camadas médias são o grupo majoritário entre as 25 categorias pesquisadas, em todas as datas. A alteração entre 1991 e 2000 deve-se, principalmente, à diminuição das ocupações de escritório, que se mantém relativamente estáveis em 2010.

Entre os trabalhadores manuais urbanos nota-se:

- Já entre 1991 e 2000 um aumento relativo dos trabalhadores do comércio, que se mantém entre 2000 e 2010;
- Percebe-se aumento dos trabalhadores em serviços especializados entre 1991 e 2000, mas a proporção relativa deste tipo de ocupados praticamente se mantém entre 2000 e 2010;
- Os percentuais de ocupados na indústria moderna reduz-se em cada período estudado, assim como dos ocupados na indústria tradicional; de outro lado, trabalhadores de serviços auxiliares e da construção civil mantêm ou até aumentam sua participação. De qualquer forma, a participação relativa de trabalhadores do secundário diminui na metrópole.
- O percentual de trabalhadores do terciário não especializado aumentou entre 1991 e 2000, mantendo-se entre 2000 e 2010. Aumentou o número relativo de prestadores de serviços não especializados e de domésticos, diminuindo o de ambulantes e biscateiros.

Tabela 1- Distribuição das categorias sócio-ocupacionais, Região Metropolitana de São Paulo, 1991-2010

CATEGORIAS SOCIO OCUPACIONAIS	1991	2000	2010
grandes empregadores	1,54	0,77	1,02%
dirigentes públicos	0,07	0,17	0,24%
dirigentes privados	0,56	0,43	0,54%
elite dirigente	2,16	1,37	1,80%
autonomos nível superior	1,00	1,96	2,88%
empregados nível superior	2,06	3,66	6,87%
estatutários nível superior	0,93	0,44	0,36%
professores nível superior	1,56	1,77	2,70%
profissionais de nível superior	5,54	7,83	12,81%
pequenos empregadores	3,14	2,65	1,33%
artesãos conta própria	0,95	1,10	1,14%
pequenos empregadores	4,09	3,75	2,47%
CATEGORIAS SUPERIORES	11,79	12,95	17,08%
ocupações escritório	14,01	10,58	11,53%
ocupações supervisão	6,51	5,33	5,63%
ocupações técnicas e artísticas	6,39	6,35	5,09%
saúde e educação	2,87	3,26	3,22%
segurança pública, justiça e correios	1,29	1,53	0,80%
CATEGORIAS MÉDIAS	31,07	27,05	26,27%
trabalhadores do comércio	8,68	9,72	10,07%
serviços especializados	6,51	9,62	8,11%
trabalhadores do terciário	15,19	19,34	18,18%
indústria moderna	8,98	7,10	5,77%
indústria tradicional	9,19	4,59	3,61%
serviços auxiliares	3,17	5,99	6,28%
construção civil	6,01	6,32	6,30%
trabalhadores do secundário	27,35	24,01	21,97%
prestadores serviços não especializados	5,22	5,22	7,03%
domésticos	6,35	7,22	7,41%
ambulantes e biscateiros	2,14	3,72	1,49%
trabalhadores do terciário não especializado	13,71	16,16	15,93%
TRABALHADORES MANUAIS URBANOS	56,25	59,51	56,07%
AGRÍCOLAS	0,87	0,5	0,58%
TOTAL	100,00	100,00	100,00%

Fonte: Censos 1991, 2000 e 2010

2. Considerações sobre a estrutura sócio-ocupacional

As mudanças observadas para o conjunto das categorias sócio-ocupacionais inserem-se num conjunto de transformações econômicas e sociais que atingiram a RMSP nos anos 80 e 90. Na verdade, estas transformações emergem de uma forte crise marcada por quedas importantes da produção econômica e do emprego, vinculadas à perda do dinamismo industrial, à reestruturação produtiva e um aumento da informalidade (em 1991 62% dos empregados possuíam carteira de trabalho, enquanto que em 2000 este percentual foi de apenas 51%). Ao longo deste período, a RMSP perdeu atividades industriais (a

proporção de ocupados entre os trabalhadores do secundário era de 27,35% em 1991, caiu para 24,01% no ano 2000 e chegou a 21,01% em 2010) e ampliou as atividades de comércio (de 8,68% em 1991 para 9,72% em 2000 e 10,07% em 2010).

As tabulações dos empregos formais (RAIS- Registro Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho) disponíveis para o período estudado, mostram as mesmas tendências de perda de emprego industrial e ganho de empregos do setor de serviços. Entre os 4.749.100 empregos formais na metrópole em 1991, 35,22% estavam no setor industrial, 11,03% no comércio e 45,23% nos serviços. Já em 2000, com 4.630.809 empregos formais, estes percentuais são 25,34%, 15,12% e 59,26%. Dados de 2006 (5.721.804 empregos formais) confirmam esta tendência da perda de empregos na indústria.

Tabela 2 - Empregos formais, por setor de atividade. Região Metropolitana de São Paulo, 1991, 2000 e 2006, em porcentagem

Setor de atividade	1991	2000	2006
Indústria	35,22	25,34	23,71
Comércio	11,01	15,12	17,36
Serviços	45,23	59,26	58,73
Agropecuária	0,14	0,27	0,20
Outros/ignorado	8,37	0,03	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: dados da RAIS /MTE

Em relação à estrutura sócio ocupacional, há indícios de dualização, mas não como afirmava Sassen. O topo da pirâmide diminuiu (encolhimento das elites dirigentes), mas o nível imediatamente inferior teve forte aumento (profissionais de nível superior). As camadas médias sofreram ligeiro decréscimo, acompanhado de diminuição dos trabalhadores do secundário, e aumento do terciário e da base da pirâmide.

A estrutura sócio ocupacional mantém basicamente, a sua diversidade, apresentado porém:

- **Terciarização**, com forte incremento dos trabalhadores do terciário especializado entre 1991 e 2000, mantendo-se em 2010
- **Profissionalização**, com forte aumento de profissionais de nível superior, nos dois períodos estudados, tanto em autônomos como entre empregados. É interessante ver o aumento de número relativo de professores de nível superior, refletindo o grande incremento de instituições de ensino;
- Perda de ocupações de escritório, entre 1991 e 2010;
- Ganho dos operários dos serviços auxiliares, e perda dos trabalhadores da indústria moderna e tradicional; assim, uma **desproletarização relativa**;
- **Perda dos dirigentes** entre 1991 e 2000, principalmente dos grandes empregadores; a aparente recuperação em 2010 pode ser atribuída à mudança de definição de grande empregador;
- **Aumento relativo dos prestadores de serviço não especializado**, grande entre 1991 e 2000, com proporção se mantendo em 2010.

3. A segmentação social do espaço intra-metropolitano de São Paulo

Um dos objetivos do presente trabalho era o de examinar a relação entre as tendências expostas acima e as alterações no padrão de segmentação social do espaço intra-metropolitano, entre 1991 e 2010.

Como base para esta análise foi utilizada uma tipologia sócio-espacial referente ao ano 2000, que classifica de forma hierárquica as 812 áreas em que foi desagregado o espaço metropolitano em 1991 e 2000. Estes 812 segmentos espaciais são as AEDS de 2000, posteriormente utilizadas para análise espacial de 1991. A hierarquia resulta do agrupamento hierárquico de cerca de 400 ocupações utilizadas pelo IBGE, tal como descrito no texto acima. Em 2010, o IBGE mudou a forma de obtenção dos dados, reduzindo as AEDS para 623, com formatos distintos das anteriores. Isto dificultou de forma acentuada a comparação entre as três datas, que somente pode ser analisada por grandes manchas. Conservamos a tabela abaixo em números relativos como informação de tendência.

Assim, a partir de 812 AEDs em 1991 e 2000 e das 623 em 2010, foi feita uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica dos conglomerados resultantes, a partir das categorias sócio ocupacionais. Nesta análise fatorial conseguiu-se agrupar as áreas homogêneas em conglomerados de áreas com predominância das mesmas categorias sócio ocupacionais, resultando numa tipologia de áreas. Pode-se, desta forma, identificar os princípios pelos quais o espaço social de São Paulo se divide, ou seja, 11 tipos de áreas em 1991, 12 em 2000 e 9 em 2010. Cada tipo reúne um conjunto de áreas que são consideradas como socialmente homogêneas. Para este trabalho, optou-se pela reunião dos distintos tipos em grandes “mundos”, a saber:

- Áreas superiores
- Áreas médias
- Áreas operárias
- Áreas populares
- Áreas agrícolas

Os mapas mostram estes tipos de áreas, sendo que na área agrícola, pela sua dimensão, foram conservadas duas tipologias: agrícola popular e agrícola. Este agrupamento em “áreas tipo” mais abrangentes foi uma das formas escolhidas para minimizar o erro na comparação de tendências, já que em grandes manchas o desenho distinto das AEDs se dilui.

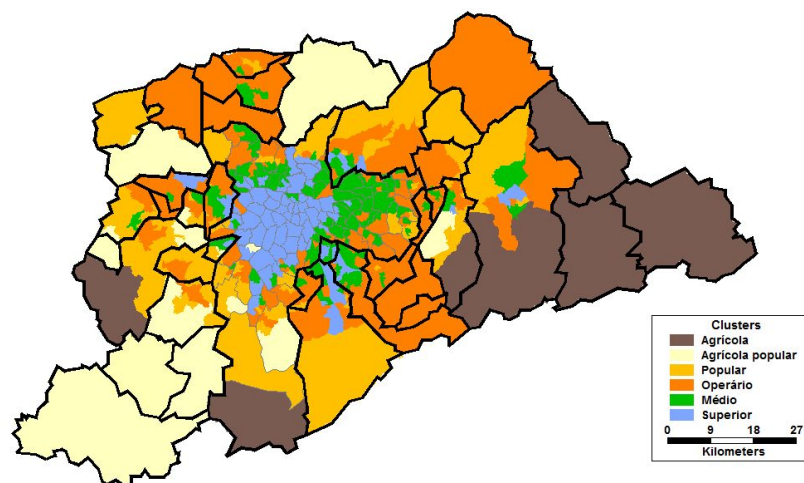
Tabela 4. AEDs e população ocupada residente em grandes tipologias, 1991 a 2010

AREAS	1991		2000		2010	
	aeds	pop ocupada	aeds	pop ocupada	aeds	pop acupada
SUPERIOR	22,54%	27,88%	20,57%	20,45%	15,57%	16,84%
MÉDIA	26,11%	29,60%	30,91%	33,64%	33,71%	37,32%
OPERÁRIA	34,85%	29,16%	29,80%	28,30%	30,50%	28,37%
POPULAR	13,67%	11,36%	16,75%	17,87%	18,14%	16,28%
AGRÍCOLA	2,83%	1,99%	1,97%	1,74%	2,09%	1,19%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

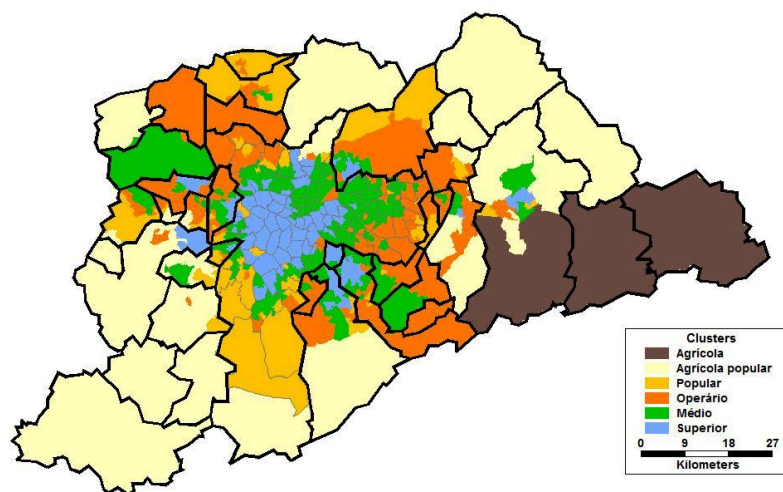
Fonte: Análise fatorial, dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010

As áreas médias seguem sendo as que agregam a maior proporção de população ocupada residente e esta proporção vem aumentando. Nota-se também uma diminuição da proporção de áreas superiores, com diminuição também do número relativo de residentes. As áreas chamadas operárias diminuíram, mas a proporção de população residente se mantém. De outro lado, as áreas populares aumentam participação relativa e a proporção de ocupados aí residentes entre 1991 e 2000, mantendo praticamente o percentual em 2010. Resumindo, está ocorrendo uma contração das áreas superiores e operárias, e aumento relativo das médias e populares.

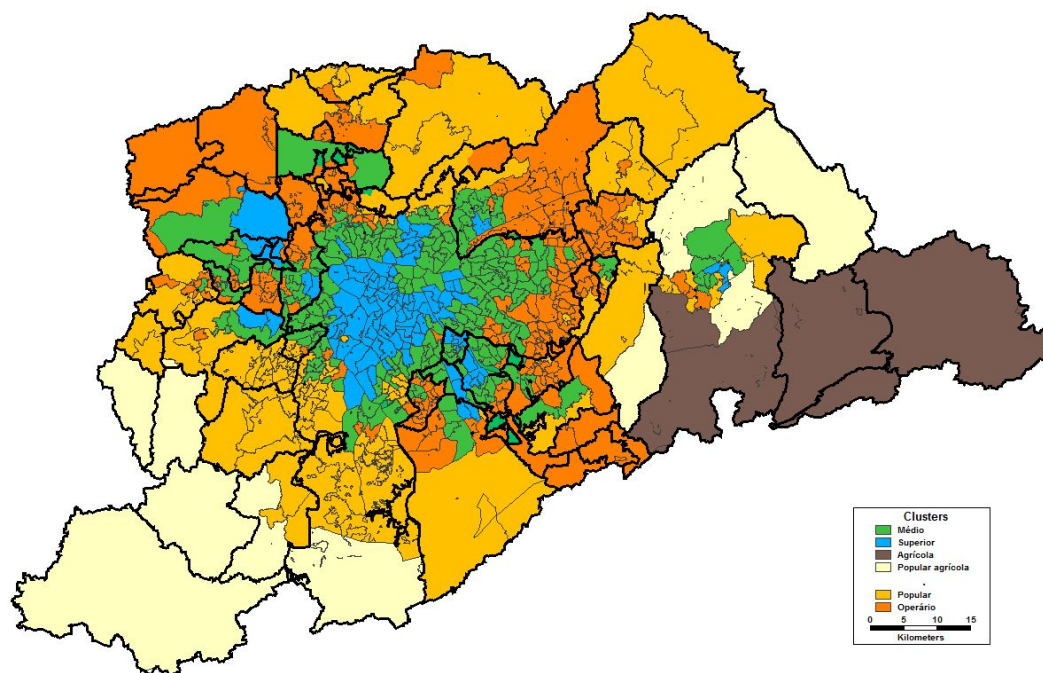
Mapa 1- Região Metropolitana de São Paulo: tipologia socioespacial por grandes tipos, 1991



MAPA 2 Região Metropolitana de São Paulo: tipologia sócio-espacial por grandes tipos, 2000



Mapa 3. Região Metropolitana de São Paulo: tipologia sócio –espacial por gradnes tipos, 2010



Os mapas acima evidenciam uma nítida segmentação social do território metropolitano, uma mancha de perfil superior no centro da metrópole, sobrepondo-se à capital, e conforme nos distanciamos dessa mancha, percebe-se uma hierarquia descendente de tipos sócio-espaciais. Esta hierarquia é quebrada por alguns “borrões” de tipo superior, na zona oeste da Grande São Paulo, além de uma pequena mancha no leste. As áreas superiores centrais são circundadas por áreas médias, localizadas também predominantemente no município da capital. A expansão das camadas de média e alta renda no eixo oeste faz surgir, além das manchas superiores, grande mancha média a oeste. E, no eixo leste, onde há “borrão” superior, ao lado vai existir “borrão” médio, um padrão: ao lado de áreas superiores geralmente surge uma área média.

Aparecem grandes manchas operárias em áreas tradicionalmente ligadas a atividades fabris, como no eixo sudeste (Diadema, Santo André, Mauá, São Bernardo, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires), eixo leste (Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, Guarulhos) e eixo norte (Cajamar, Franco da Rocha, Caieiras). A maior parte da periferia é ocupada por áreas do tipo popular e agrícola popular.

A impressão geral da tipologia sócio-espacial de São Paulo corresponde ainda a um padrão “mancha de óleo”, onde os tipos superiores ainda se localizam em áreas mais centrais, circundados por tipos hierarquicamente inferiores: primeiramente os médios, depois os operários, e por fim os populares e agrícolas.

As áreas do espaço intra-metropolitano em tanto em 2000 com em 2010 apresentam internamente um grau razoável de heterogeneidade social. As áreas do tipo superior tinham, em 1991, 25,6% de categorias superiores (empregadores+ dirigentes+ profissionais), 36,3% de ocupações médias e 37,5% de trabalhadores manuais (operários, prestadores de serviços, comerciários). Em 2000 as áreas superiores abrigam 33% das categorias superiores, 34,8% de médias e 32,09% de trabalhadores manuais urbanos. Em 2010, estas proporções eram de 45,7% para as categorias superiores, 29,4% para as médias e 24,6% para os trabalhadores manuais urbanos. Percebe-se a heterogeneidade dentro delas,

embora em 1991 esta heterogeneidade fosse ainda um pouco maior. Percebe-se também que as áreas superiores em 2010 concentram 45,1% das categorias superiores, 54% das categorias superiores em 2000 e em 1991 esta concentração representava 61%. Aliás, entre as categorias superiores, apenas os grandes empregadores estão mais concentrados nas áreas superiores no ano 2000: 71% dos grandes empregadores que ainda residem na metrópole moram nas áreas superiores e em 2010 esta proporção alcançou 62,2%.

No outro extremo, as áreas do tipo popular em 2000 apresentavam 3,7% de categorias superiores, 20% de ocupações médias e 75% de trabalhadores manuais. Estas áreas, em 1991, apresentavam maior peso de categorias médias (22%) e menor de trabalhadores manuais (72,5%). Em 2010, as áreas populares apresentavam 6,7% de categorias superiores, 19,9% de médias e 72,3%. Ou seja, nas áreas populares de 2010 aparecem mais representantes das categorias superiores, aumentando sua heterogeneidade.

Da mesma forma, as áreas médias em 2010, tinham 17,10% de seus ocupados residentes nas categorias superiores. Em 2000 este percentual era de 12,2%, e em 1991 9,1%. Nota-se a grande diferença percentual nas categorias superiores entre as áreas do tipo superior e as médias, diferença que subiu nos anos 2000. Nas áreas médias, aumentou de forma significativa a concentração de ocupações superiores: em 1991 representavam 22,6%, 29,6% em 2000 e em 2010 37,5%. Nas áreas médias, a concentração de categorias médias foi de 34,2%, em 2000 37,7% e em 2010 44,3%. As áreas médias se aproximam, de certa forma, das superiores.

As áreas operárias no ano 2010 apresentam menos proporção de ocupados pertencentes à categoria dos trabalhadores secundários (31,1%) que em 2000 (34,4%) e em 1991 (37,6%). Ou seja, as áreas operárias estão menos operárias, refletindo a menor presença da indústria na metrópole. Nas chamadas áreas operárias residem mais categorias superiores em 2010 que em 2000 e 1991, sobretudo pela maior presença dos profissionais de nível superior entre seus residentes em 1991, 1,8%, em 2000, 2,7% e em 2010 4,8%).

Por último, as áreas agrícolas de 2010 apresentam 16% de trabalhadores agrícolas no total de residentes, enquanto que em 2000 apresentam 12% de trabalhadores agrícolas, proporção superior a de 9% em 1991. Nas áreas agrícolas existe uma diversidade bastante grande de ocupações.

Tabela 5: Perfil da concentração socioocupacional das áreas superiores nos anos de 1991, 2000 e 2010

SUPERIOR	1991	2000	2010
grandes empregadores	3,24	2,65	3,76%
dirigentes públicos	0,17	0,31	0,69%
dirigentes privados	1,68	1,29	2,58%
elite dirigente	5,09	4,25	7,04%
autonomos nível superior	2,54	5,92	9,45%
empregados nível superior	4,84	9,52	17,55%
estatutários nível superior	2,5	1,18	1,14%
professores nível superior	3,16	3,52	4,86%
profissionais de nível superior	13,04	20,14	33,00%
pequenos empregadores	5,7	6,52	3,56%
artesãos conta própria	1,72	2,01	2,17%
pequenos empregadores	7,42	8,53	5,73%
CATEGORIAS SUPERIORES	25,55	32,92	45,77%
ocupações escritório	14,88	10,89	9,41%
ocupações supervisão	8,87	9,61	9,38%
ocupações técnicas e artísticas	8	9,22	6,87%
saude e educação	3,2	3,39	2,73%
segurança pública, justiça e correios	1,37	1,71	1,03%
CATEGORIAS MÉDIAS	36,32	34,82	29,41%
trabalhadores do comércio	7,68	7,96	6,25%
serviços especializados	4,6	6,15	4,22%
trabalhadores do terciário	12,28	14,11	10,47%
industria moderna	3,86	2,58	1,61%
industria tradicional	4,52	1,9	1,22%
serviços auxiliares	1,82	2,34	1,97%
construção civil	3,05	1,82	1,56%
trabalhadores do secundário	13,25	8,64	6,36%
prestadores serviços não especializados	3,24	2,06	2,71%
domésticos	7,24	5,05	4,44%
ambulantes e biscateiros	1,58	2,23	0,65%
trabalhadores do terciário não especializado	12,06	9,34	7,80%
TRABALHADORES MANUAIS URBANOS	37,59	32,09	24,63%
agrícolas	0,53	0,15	0,19%
total	100,00	100,00	100,00%

Tabela 6 - Perfil da concentração socioocupacional das áreas médias nos anos de 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
grandes empregadores	1,15	0,5	0,77%
dirigentes públicos	0,03	0,18	0,20%
dirigentes privados	0,18	0,30	0,24%
elite dirigente	1,36	0,98	1,20%
autonomos nível superior	0,57	1,56	2,61%
empregados nível superior	1,53	3,66	7,45%
estatutários nível superior	0,5	0,41	0,33%
professores nível superior	1,38	1,92	3,07%
profissionais de nível superior	3,98	7,55	13,45%
pequenos empregadores	2,91	2,55	1,32%
artesãos conta própria	0,84	1,13	1,12%
pequenos empregadores	3,75	3,68	2,44%
CATEGORIAS SUPERIORES	9,09	12,21	17,10%
ocupações escritório	17,19	13,34	13,61%
ocupações supervisão	6,91	5,70	6,49%
ocupações técnicas e artísticas	7,03	7,69	6,34%
saude e educação	3,25	3,84	3,74%
segurança pública, justiça e correios	1,80	1,90	0,97%
CATEGORIAS MÉDIAS	36,18	32,47	31,16%
trabalhadores do comércio	9,67	10,72	10,80%
serviços especializados	6,24	9,33	7,93%
trabalhadores do terciário	15,91	20,05	18,73%
industria moderna	9,43	6,60	5,35%
industria tradicional	10,14	4,73	3,77%
serviços auxiliares	3,62	5,77	5,98%
construção civil	4,34	4,42	4,64%
trabalhadores do secundário	27,53	21,52	19,75%
prestadores serviços não especializados	4,48	4,34	5,57%
domésticos	3,9	5,28	5,95%
ambulantes e biscateiros	2,39	3,94	1,53%
trabalhadores do terciário não especializado	10,77	13,56	13,05%
TRABALHADORES MANUAIS			
URBANOS	54,21	55,13	51,53%
agrícolas	0,52	0,18	0,21%
total	100,00	100,00	100,00%

Tabela 7 Perfil da concentração socioocupacional das áreas operárias nos anos de 1991, 2000 e 2010

cats	1991	2000	2010
grandes empregadores	0,69	0,12	0,15%
dirigentes públicos	0,03	0,14	0,11%
dirigentes privados	0,07	0,12	0,03%
elite dirigente	0,79	0,38	0,30%
autonomos nível superior	0,26	0,44	0,60%
empregados nível superior	0,66	1,16	2,63%
estatutários nível superior	0,19	0,17	0,12%
professores nível superior	0,71	0,98	1,51%
profissionais de nível superior	1,82	2,75	4,85%
pequenos empregadores	1,69	1,05	0,44%
artesãos conta própria	0,54	0,7	0,76%
pequenos empregadores	2,23	1,75	1,20%
CATEGORIAS SUPERIORE	4,84	4,88	6,35%
ocupações escritório	11,59	8,96	11,20%
ocupações supervisão	4,98	3,32	3,72%
ocupações técnicas e artísticas	5,22	4,6	3,59%
saude e educação	2,43	2,87	2,98%
segurança pública, justiça e correios	0,98	1,38	0,62%
CATEGORIAS MÉDIAS	25,20	21,13	22,11%
trabalhadores do comércio	8,58	9,99	10,85%
serviços especializados	7,63	11,02	9,17%
trabalhadores do terciário	16,21	21,01	20,02%
indústria moderna	13,05	10,74	8,89%
indústria tradicional	12,57	6,53	5,00%
serviços auxiliares	3,82	8,55	8,74%
construção civil	8,13	8,54	8,51%
trabalhadores do secundário	37,57	34,36	31,14%
prestadores serviços não especializados	6,82	6,56	10,00%
domésticos	5,82	7,44	8,09%
ambulantes e biscateiros	2,38	4,35	1,93%
trabalhadores do terciário não especializado	15,02	18,35	20,02%
TRABALHADORES MANUAIS URBANOS	68,8	73,72	71,18%
agrícolas	0,83	0,32	0,36%
total	100,00	100,000	100,00%

Tabela 8- Perfil da concentração socioocupacional das áreas populares nos anos de 1991, 2000 e 2010

categorias socioocupacionais	1991	2000	2010
grandes empregadores	0,59	0,16	0,30%
dirigentes públicos	0,01	0,07	0,10%
dirigentes privados	0,02	0,17	0,05%
elite dirigente	0,62	0,40	0,45%
autonomos nível superior	0,21	0,61	0,80%
empregados nível superior	0,39	0,19	2,28%
estatutários nível superior	0,16	0,11	0,08%
professores nível superior	0,38	0,8	1,74%
profissionais de nível superior	1,14	1,71	4,90%
pequenos empregadores	1,22	0,97	0,58%
artesãos conta própria	0,47	0,69	0,79%
pequenos empregadores	1,69	1,66	1,37%
CATEGORIAS SUPERIORES	3,45	3,77	6,72%
ocupações escritório	10,99	8,51	9,90%
ocupações supervisão	4,1	3,16	3,29%
ocupações técnicas e artísticas	4,22	3,77	3,21%
saude e educação	2,3	2,76	3,02%
segurança pública, justiça e correios	0,67	0,97	0,49%
categorias médias	22,28	19,17	19,90%
trabalhadores do comércio	9,02	9,71	11,02%
serviços especializados	9,08	12,17	10,72%
trabalhadores do terciário	18,1	21,88	21,74%
industria moderna	10,02	7,44	5,65%
industria tradicional	9,83	4,34	3,39%
serviços auxiliares	3,56	6,38	7,04%
construção civil	11,12	10,94	10,81%
trabalhadores do secundário	34,53	29,1	26,89%
prestadores serviços não especializados	7,91	8,28	9,80%
domésticos	10,14	12,06	12,38%
ambulantes e biscateiros	2,27	4,06	1,49%
trabalhadores do terciário não especializado	20,32	24,4	23,67%
TRABALHADORES MANUAIS URBANOS	72,95	75,38	72,29%
agrícolas	1,37	0,67	1,08%
total			100,00%

Tabela 9- Perfil da concentração socioocupacional das áreas populares nos anos de 1991, 2000 e 2010

categorias socioocupacionais	1991	2000	2010
grandes empregadores	1,13	0,27	0,65%
dirigentes públicos	0,11	0,1	0,21%
dirigentes privados	0,51	0,31	0,12%
elite dirigente	1,75	0,68	0,98%
autonomos nível superior	0,78	0,92	0,87%
empregados nível superior	0,86	1,07	1,75%
estatutários nível superior	0,44	0,13	0,18%
professores nível superior	1,15	1,12	2,13%
profissionais de nível superior	3,23	3,24	4,93%
pequenos empregadores	2,8	1,92	1,38%
artesãos conta própria	0,58	0,54	0,81%
pequenos empregadores	3,38	2,46	2,19%
CATEGORIAS SUPERIORES	8,36	6,38	8,09%
ocupações escritório	6,78	4,77	6,61%
ocupações supervisão	3,7	2,98	2,74%
ocupações técnicas e artísticas	3,4	3,17	2,07%
saude e educação	2,37	2,38	2,30%
segurança pública, justiça e correios	0,78	1,12	0,63%
CATEGORIAS MÉDIAS	17,03	14,42	14,34%
trabalhadores do comércio	6,79	7,66	9,77%
serviços especializados	5,85	6,79	7,49%
trabalhadores do terciário	12,64	14,45	17,26%
industria moderna	8,02	7,06	5,40%
industria tradicional	6,78	4,58	2,89%
serviços auxiliares	3,67	7,41	7,52%
construção civil	12,04	10,31	10,56%
trabalhadores do secundário	30,51	29,36	26,37%
prestadores serviços não especializados	5,05	5,14	5,33%
domésticos	16,00	14,9	10,83%
ambulantes e biscateiros	1,62	3,05	1,75%
trabalhadores do terciário não especializado	22,67	23,09	17,90%
TRABALHADORES MANUAIS URBANOS	65,82	66,9	61,53%
agrícolas	8,79	11,92	16,03%
total	100,00	100,00	100,00%

As principais tendências do mercado de trabalho metropolitano, vistas anteriormente, foram encontradas em quase todos os tipos sócio-espaciais. O perfil médio de cada grande tipologia apresentou ganho de profissionais de nível superior e de prestadores de serviços especializados e perda de ocupações de escritório, de grandes empregadores e de operários da indústria tradicional e moderna. Mas a intensidade dos ganhos e perdas foi distinta nas diversas áreas.

As áreas superiores sofreram um processo de “*elitização relativa*”. Chama-se “*elitização*” a combinação de elevado aumento relativo de categorias superiores, aliado s uma perda considerável de trabalhadores manuais. E é “*relativa*” porque houve perda no topo da pirâmide entre 1991 e 2000, ou seja, perda de grandes empregadores e dirigentes do setor privado, com aparente recuperação em 2010.

Nas áreas médias a maior concentração ainda se encontra entre as ocupações médias, mas menos intensa que em 1991 e que em 2000. Também acusam um incremento grande dos profissionais de nível superior. Têm nítida “*terciarização*” entre 1991 e 2000, mantendo a proporção em 2010. A diminuição dos trabalhadores do secundário é provocada pela diminuição dos operários da indústria tradicional e da indústria moderna, apesar do aumento relativo dos operários de serviços auxiliares. E, nestas áreas, há também um aumento relativo dos trabalhadores do terciário não especializado, causado principalmente pelo aumento relativo dos domésticos. Resumindo, os espaços médios apresentam: *terciarização, profissionalização, desproletarização e popularização. São espaços que estão reunindo inúmeras tendências, o que torna importante um estudo mais detalhado das distintas tipologias que o integram.*

Cabe explicitar o que se entende por cada um desses processos :

- *Elitização* → aumento das categorias superiores, aliada à perda considerável dos trabalhadores manuais
- *Profissionalização* → aumento dos profissionais de nível superior
- *Terciarização* → aumento dos trabalhadores do terciário
- *Desproletarização* → perda relativa dos trabalhadores do secundário; por analogia, *proletarização* quando há ganho relativo destes trabalhadores
- *Popularização* → ganho relativo dos trabalhadores do terciário não especializado

Os espaços operários mostram certa profissionalização, além de ganho entre os trabalhadores do terciário. Mas estes traços não são os que distinguem estas áreas das demais. Mostram também uma mudança no perfil dos trabalhadores secundários, com grande perda dos operários das indústrias tradicional e moderna, e ganho entre os operários dos serviços auxiliares. Há também forte popularização, dado o aumento relativo entre os trabalhadores do terciário não especializado. *São espaços que de popularizaram.*

Percebe-se, também, nos espaços populares um aumento relativo de profissionais de nível superior e de algumas ocupações médias, como ocupações ligadas à saúde e educação, segurança pública, justiça e correios, assim como o aumento relativo dos trabalhadores do terciário entre 1991 e 2000, que se mantem em 2010. De outro lado, há perda relativa dos operários das indústrias moderna e tradicional. *São espaços que também se misturaram, com entrada de profissionais de nível superior, algumas ocupações médias, forte terciarizaçã e desproletarização.*

Os espaços agrícolas apresentam indícios de proletarização, com o aumento relativo de operários dos serviços auxiliares e da construção civil, além de popularização, com presença de ambulantes, biscateiros e domésticos. E, estranhamente, apresentam também um incremento relativo de trabalhadores agrícolas. Uma possibilidade é que se trata de falsos agrícolas, que se dedicam ao cuidado de chácaras de recreio como caseiros e se declaram ligados á agricultura. São áreas que *se proletarizaram e popularizaram.*

Assim, as transformações sócio-ocupacionais das duas décadas estudadas apontam para: perda de dirigentes (sobretudo na primeira década), forte terciarização, profissionalização, relativa diminuição de ocupações médias com perda acentuada de ocupações de escritório, desproletarização relativa, com perda de operários das indústrias moderna e tradicional e ganho de operários dos serviços auxiliares, popularização, com ganho relativo de trabalhadores do terciário não especializado rebaixaram - se no espaço de forma diferenciada.

As evidências apresentadas neste estudo ainda são merecedoras de maior reflexão, para que se possa concluir pela existência de uma crescente segmentação do espaço intra-metropolitano de São Paulo. Mesmo a dualização do mercado de trabalho é bastante relativa, como mostrou a primeira parte deste ensaio. À análise aqui apresentada, com estudo dos grandes espaços, devem ser acrescentadas análises mais detalhadas no interior de cada tipo de espaço.